



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PL 0532/2020

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer na cidade de São Paulo, Plano Emergencial para Recuperação da Economia Popular e, sobrevivência de artistas populares, artesãos, trabalhadores ambulantes, catadores, carroceiros, agricultores urbanos, produtores artesanais de alimentos, trabalhadoras das confecções, da economia solidária, entre outros grupos que compõem a economia popular que dependem de medidas públicas de proteção do trabalho e da renda e considerando as diversidades desses grupos.

A pandemia do novo coronavírus aprofunda a crise econômica mundial e a precarização do mundo do trabalho. As previsões indicam que podemos viver a pior crise econômica desde 1929, com retração da economia global, que demandará medidas de reestruturação do capital, podendo trazer condições ainda mais austeras para os trabalhadores.

Os reais impactos do estado de emergência em saúde pública no mercado de trabalho são inestimáveis. As principais pesquisas sobre ocupação e renda foram interrompidas, além de cessar a coleta presencial.

A chegada de uma doença desconhecida e sua permanência por longo período dificultam a realização de uma análise concreta e, conseqüentemente, a projeção de políticas públicas de proteção ao emprego e a renda.

Apesar desse cenário de supressão de informações, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Covid19) do IBGE, divulgada em 16 de junho, mostram que, em maio de 2020, 74,6 milhões de pessoas estavam fora da força de trabalho. Destes, 10,8 milhões estavam sem emprego e procuraram trabalho e 17,7 milhões não buscaram trabalho devido à pandemia ou à falta de trabalho na localidade, mas gostariam de trabalhar.

Somam-se a estes quase 30 milhões de ocupados na informalidade. Isso demonstra que mais da metade da população em idade de trabalhar encontra-se fora do mercado formal de trabalho.

A precarização do trabalho e o crescimento vertiginoso do número de infectados e mortos pelo COVID no Brasil, que ultrapassou a marca de 1,2 milhão de pessoas colocando o Brasil como o país com maior número de novos casos diários de COVID -19 no mundo demonstram a ineficácia das medidas econômicas adotadas pelo governo. O congelamento dos gastos públicos e a quebra do patamar civilizatório mínimo de proteção ao trabalho provavelmente levarão milhões de trabalhadores ao desemprego, à miséria e à morte.

Os desdobramentos sobre a economia local, em São Paulo, certamente serão profundos, inclusive em longo prazo, e afetam, sobretudo, trabalhadores informais e a economia popular. Esse grupo de pessoas vem sofrendo os impactos mais imediatos da pandemia, devido à ausência de contratos de trabalho e ao baixo acesso à proteção social.

O retrato desse cenário é o aumento da população em situação de rua na cidade de São Paulo que vem aumentando vertiginosamente desde o início da Pandemia estimam-se mais de 25 mil pessoas vivendo nas ruas atualmente, a razão desse aumento de famílias buscando abrigos municipais, ou indo morar em barracas nos espaços públicos é sem dúvida a perda do emprego ou posto de trabalho, somado é obvio ao desamparo da Previdência Social

Nesse sentido, para além da construção de políticas municipais de geração de emprego e renda, é necessário visar também à assistência e a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras da economia popular.

Sabe-se que entidades de lojistas, comerciantes e empresários têm se organizado para pressionar o Estado pelo fim do isolamento social, colocando seus trabalhadores, trabalhadoras e a população em geral em risco. Tais grupos vêm exigindo medidas de compensação econômica que não abrangem a economia popular.

Na cidade de São Paulo não foi constituído um espaço de diálogo e participação popular que inclua as demandas das trabalhadoras e trabalhadores da economia popular e economia solidária durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e perspectivas futuras no cenário pós-pandêmico.

Ante todo o cenário exposto, partimos do pressuposto de que a garantia da renda sem trabalho e de condições mínimas de existência que superem a precariedade estrutural inerente às periferias urbanas das metrópoles brasileiras compatibilizam as diretrizes de políticas públicas mais eficazes durante o isolamento social.

Deste modo solicito aos nobres vereadores e vereadoras dessa municipalidade que apoiem esse Projeto de Lei para juntos minimizarmos os impactos da Pandemia e promover o resgate da dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras de nossa Cidade.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 22/08/2020, p. 86

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.